



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Associação de Ensino Superior Pontaporanense – AESP		<b>UF:</b> MS
<b>ASSUNTO:</b> Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 555, de 3 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de dezembro de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Letras, licenciatura, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdades Magsul (FAMAG), com sede no município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul.		
<b>RELATOR:</b> Aristides Cimadon		
<b>e-MEC Nº:</b> 201907923		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> <b>296/2021</b>	<b>COLEGIADO:</b> <b>CES</b>	<b>APROVADO EM:</b> <b>13/5/2021</b>

## I – RELATÓRIO

O presente processo trata de recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) encaminhado pela recorrente, Faculdades Magsul (FAMAG), com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 725, Centro, no município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, mantida pela Associação de Ensino Superior Pontaporanense – AESP, com sede no mesmo município e estado. O indeferimento do pedido de autorização do curso superior de Letras, licenciatura, na modalidade a distância, por meio da Portaria nº 555, de 3 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de dezembro de 2020, com fundamento no Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019 (revogado pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019), e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nºs 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017.

A Instituição de Educação Superior (IES) encaminhou recurso à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), protocolado em 10 de dezembro de 2020.

A SERES, para justificar o indeferimento, faz uso dos argumentos que, em síntese, são arrolados a seguir, *ad litteram*.

[...]

*O processo em análise tem por finalidade a autorização de curso superior, na modalidade de EaD, pelo Poder Público A Mantenedora protocolou no sistema e-MEC o presente processo de autorização EaD vinculado ao pedido de credenciamento EaD nº 201904838. Para tanto, o processo será instruído com análise documental, avaliação externa in loco realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação.*

## 2. DA INSTRUÇÃO DOCUMENTAL

*Após o protocolo, os documentos instruídos no processo, em conformidade com as normas vigentes, serão submetidos à análise da coordenação-geral competente, a qual será responsável por exarar o despacho saneador.*

*Em 2/9/2019, o processo teve a fase do despacho saneador concluída com resultado PARCIALMENTE SATISFATÓRIO, quanto às exigências da instrução processual estabelecidas na forma do Decreto nº 9.235/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 23/2017.*

### **3. DA AVALIAÇÃO IN LOCO**

*Em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.235/2017, nas Portarias Normativas MEC nº 23/2017, republicada no DOU de 03/09/2018, e nº 11/2017, o processo foi encaminhado ao Inep para a avaliação in loco. A avaliação seguiu os procedimentos previstos no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Autorização, presencial e a distância, publicado em outubro de 2017.*

*O Instrumento de Avaliação de 2017 contempla as três dimensões previstas no Sinaes, constantes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC): Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. É importante ressaltar que os conceitos obtidos nas avaliações não garantem, por si sós, o deferimento do ato autorizativo, mas subsidiam a SERES em suas decisões regulatórias.*

*O relatório constante do processo (código de avaliação: 152993), emitido pela comissão designada pelo Inep, informa que a avaliação in loco se realizou no endereço: Avenida Presidente Vargas, 725, Centro, Ponta Porã/MS, CEP:79904-616, e apresenta os seguintes conceitos para as dimensões elencadas a seguir:*

<i>Dimensão /Conceito Final</i>	<i>Conceito</i>
<i>Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica</i>	<i>2,96</i>
<i>Dimensão 2 - Corpo Docente e Tutorial</i>	<i>2,86</i>
<i>Dimensão 3 - Infraestrutura</i>	<i>2,67</i>
<i>Conceito Final Contínuo</i>	<i>2,82</i>
<i>Conceito Final Faixa</i>	<i>3</i>

*As sínteses elaboradas pela Comissão de Avaliação in loco para corroborar a atribuição dos conceitos poderão ser consultadas diretamente no processo e-MEC em análise.*

*Com relação a fase manifestação, a SERES e a Mantida não impugnaram o Relatório de Avaliação.*

### **4. CONSIDERAÇÕES DA SERES**

*Com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos, desburocratizar fluxos e aprimorar a qualidade da atuação regulatória do Ministério da Educação, exarou-se o Decreto nº 9.235/ 2017, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.*

*Com efeito, a Portaria Normativa nº 20/2017, republicada no DOU de 03 de setembro de 2018, estabeleceu os procedimentos e o padrão decisório aplicados aos processos regulatórios das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.*

[...]

Com relação ao indicador 1.16 - Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a comissão de avaliação atribuiu o conceito 2 e apresentou a seguinte justificativa:

*As tecnologias de informação e comunicação planejadas para o processo de ensino-aprendizagem possibilitam a execução do projeto pedagógico do curso, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores, conforme previsto ao longo do PPC do curso, mas não garantem a acessibilidade digital e comunicacional, tendo em vista que a coordenação do curso, ao apresentar os materiais e ferramentas à disposição do acadêmico, relatou a esta comissão que os vídeos não têm janela de libras e nem legenda.*

Com relação ao indicador 1.17 - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a comissão de avaliação atribuiu o conceito 2 e apresentou a seguinte justificativa:

*O Ambiente Virtual de Aprendizagem, previsto no PPC, apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriados, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas. Mas, quando apresentado pela coordenação do curso a esta comissão, verificou-se que não há acessibilidade comunicacional.*

*Em observância ao que dispõe o art. 14 da Portaria Normativa nº 20/2017, o número de vagas solicitado pela instituição foi redimensionado, pois obteve conceito insatisfatório nesse indicador do instrumento de avaliação externa in loco. No presente processo, o conceito atribuído foi o 2, o que resulta em um decréscimo de 50 vagas, que representam 25% do total pleiteado. Por conseguinte, caso o processo fosse deferido, teriam sido autorizadas somente 150 vagas totais anuais.*

*Ante ao exposto, considerando a análise documental e o resultado do relatório de avaliação, constata-se que o pedido não atendeu, no âmbito sistêmico e global, suficientemente aos requisitos legais e normativos dispostos na legislação vigente, obtendo, conceitos insatisfatórios nas três dimensões e nos indicadores 1.16 e 1.17 e, portanto, impeditivos para o seu deferimento, conforme tabela abaixo:*

<i>Requisitos do Inciso IV do Art.13 da PN 20/17</i>	<i>Forma de Atendimento</i>
<i>CC igual ou maior que três</i>	<i>Atendimento pleno do quesito, obteve Conceito Final igual a três, conforme apresentado no item 3 desse parecer</i>
<i>Conceito igual ou maior que três em cada uma das dimensões, sendo permitido o conceito igual ou maior 2,8 em uma única dimensão.</i>	<i>Não atendeu a esse quesito, obteve Conceitos menores que três nas três dimensões, conforme apresentado no item 3 desse parecer</i>
<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador estrutura curricular</i>	<i>Atendimento pleno do quesito, obteve conceito satisfatório, conforme Indicador 1.4 do relatório.</i>
<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador conteúdos curriculares</i>	<i>Atendimento pleno do quesito, obteve conceito satisfatório, conforme Indicador 1.5 do relatório.</i>
<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador metodologia</i>	<i>Atendimento pleno do quesito, obteve conceito satisfatório, conforme Indicador 1.6 do relatório</i>
<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador tecnologias de informação e comunicação (TIC)</i>	<i>Não atendeu a esse quesito, obteve conceito insatisfatório, conforme Indicador 1.16 do relatório</i>
<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)</i>	<i>Não atendeu a esse quesito, obteve conceito insatisfatório, conforme Indicador 1.17 do relatório</i>

## 5. CONCLUSÃO

*Diante do exposto, esta Secretaria manifesta-se pelo indeferimento do presente processo, apesar da obtenção de conceito final satisfatório, foram atribuídos conceitos insatisfatórios nas três dimensões e em indicadores de caráter determinante*

*para o atendimento das condições mínimas de funcionamento deste curso na modalidade a distância, conforme dispõe o art. 13 da Portaria Normativa MEC nº 20/2017.*

Em face do indeferimento a Recorrente protocolou, em 10 de dezembro de 2020, por sua Procuradora Institucional, recurso com pedido de reconsideração da decisão ao Coordenador Geral de Regulação da Educação Superior a Distância na aba de recurso à CES/CNE. Dentre os principais argumentos pode-se destacar:

a) A Faculdade Magsul (FAMAG) foi credenciada para oferta de ensino na modalidade a distância e que, na ocasião, solicitou, vinculada ao processo, autorização para funcionamento dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Biológicas, licenciatura; Letras, licenciatura e Pedagogia, licenciatura. Obteve autorização para oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado e Pedagogia, licenciatura, e negada a autorização para os cursos superiores de Ciências Biológicas, licenciatura e Letras, licenciatura.

b) A recorrente atendeu a todos os requisitos legais e processuais quanto às exigências da instrução nos termos do Decreto nº 9.235/2017 e das Portarias Normativas MEC nºs 20 e 23/2017.

c) Da visita *in loco* resultaram avaliações satisfatórias:

[...]

*Assim, após avaliação in loco realizada no endereço declinado, a requerente obteve conceito 5 (cinco) quanto ao Eixo 1 (planejamento e avaliação institucional); conceito 4,17 (quatro vírgula dezessete) Eixo 2 (desenvolvimento institucional); conceito 3,56 (três vírgula cinquenta e seis) Eixo 3 (políticas acadêmicas); conceito 3,71 (três vírgula setenta e um) Eixo 4 (políticas de gestão); 4,6 (quatro vírgula seis) conceito final contínuo e 4 (quatro) conceito final faixa, com ausência de impugnação por parte da SERES, bem como da Requerente.*

d) A IES compreende o motivo do deferimento de dois dos cursos superiores pleiteados e os indeferimentos de outros dois se as condições da instituição para o credenciamento são as mesmas para a oferta de ensino na modalidade a distância.

e) O curso superior de Letras, licenciatura, objeto do recurso

[...] **obteve resultado parcialmente satisfatório** quanto a instrução documental, considerando que se encontra em conformidade com as diretrizes vigentes, na forma do Decreto n. 9.235/2017 e da Portaria Normativa Mec. 23/2017.

Contudo, no dia 03 de dezembro de 2020, através da portaria n. 555, 03/12/2020, o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, **indeferiu** o pedido de autorização de curso superior de Letras (Licenciatura) Registro eMEC n. 201907923 na modalidade a distância.

f) A IES argumenta que o

[...] processo foi encaminhado ao Inep para a avaliação in loco **restou aprovado com conceito final faixa 3 (três)**, obtendo ainda conceito 2,96 (dois vírgula noventa e seis) na Dimensão 1- Organização Didático-Pedagógica; Conceito 2,86

*(dois vírgula oitenta e seis) na Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial; conceito 2,67 (dois vírgula sessenta e sete) na Dimensão 3 – Infraestrutura e, conseqüentemente, 2,82 (dois vírgula oitenta e dois) no conceito final contínuo.*

g) Cita os relatos da SERES, tais como:

[...]

*Assim, em observância ao que dispões o artigo da Portaria Normativa n. 20/2017, o número de vagas solicitado pela Instituição foi redimensionado, pois obteve conceito insatisfatórios nesse indicador do instrumento de avaliação externa in loco. No presente processo, o conceito atribuído foi o 2 (dois), o que resulta em um decréscimo de 50 vagas, que representam 25% do total pleiteado. Por conseguinte, caso o processo fosse deferido, teriam sido autorizadas somente 150 vagas totais anuais. Ante ao exposto, considerando a análise documental e o resultado do relatório de avaliação, constata-se que o pedido não atendeu, no âmbito sistêmico e global, suficientemente aos requisitos legais e normativos dispostos na legislação vigente, obtendo, conceitos insatisfatórios nas três dimensões e nos indicadores 1.16 e 1.17 e, portanto, impeditivos para o seu deferimento.*

h) Por derradeiro, cita-se, *ipsis litteris* a seguinte afirmação da recorrente:

[...]

*Sem embargo do repetitivo, imperioso ressaltar que a mesma Instituição nos mesmos quesitos foi considerada amplamente apta para oferecimento dos cursos de Administração e Pedagogia, sendo referido pleito autorizado conforme portaria n. 555 03/12/2020, contudo, o curso de Letras teria sido indeferido o pedido de autorização e, com a maxima venia, havendo um contrassenso (**subjetivamente**) no método avaliativo, motivo pelo qual a Instituição aqui Requerente pugna pela reconsideração da decisão final que indeferiu o credenciamento do curso de Letras (Licenciatura), em homenagem ao princípio da equidade.*

i) Por fim, conclui:

[...]

*Preclaro Julgador, as Faculdades Magsul (FAMAG) ora Requerente/Recorrente, pugna pela reconsideração da decisão que indeferiu o processo de credenciamento dos cursos de Letras (Cód. Curso 1480369 – Proc. N. 201907923 – Registro e-MEC n. 201907923) na modalidade EAD, nos termos das razões acima expostas, pois, se assim procederes, Vossa Excelência concretizará a verdadeira Justiça, homenageando o princípio da isonomia, [...].*

### **Considerações do Relator**

Relativamente ao processo, constatou-se que a recorrente interpôs recurso em atendimento ao que preconiza o artigo 35 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, especificamente, quanto aos requisitos de admissibilidade e, portanto, cabível e tempestivo.

A IES recorre da decisão entendendo que a argumentação da SERES não comete justiça, pois a instituição obteve o credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com conceito final 4 (quatro) e com autorização dos cursos superiores de Administração, bacharelado e Pedagogia, licenciatura, sendo negada a autorização dos

cursos superiores de Ciências Biológicas, licenciatura e Letras, licenciatura. Argumenta, em síntese, que as condições e critérios de análise devem ser isonômicas, uma vez que as condições para a oferta dos cursos são as mesmas e, portanto, é incoerente autorizar uns e negar outros.

Quanto ao curso superior de Letras, licenciatura, objeto do recurso, a avaliação *in loco* atribuiu os conceitos 2,96 (dois vírgula noventa e seis) para a Organização Didático-Pedagógica (Dimensão 1); 2,86 (dois vírgula oitenta e seis) para o Corpo Docente e Tutorial (Dimensão 2) e 2,67 (dois vírgula sessenta e sete) para Infraestrutura (Dimensão 3). Ademais, constatou que vários indicadores apontam inconsistência, sobretudo, quanto aos indicadores 1.16 e 1.17 que tratam da estrutura de tecnologia de informação e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que obtiveram conceito 2 (dois).

Considerando que as condições e os critérios de análise se deram com fundamento nas disposições do Decreto nº 9.665/2019 (revogado pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019), dos Decretos nº 9.235/2017, e nº 9.057/2017 e das Portarias Normativas MEC nºs 20 e 23/2017, e nº 11/2017, fica claro que ocorreram de forma isonômica. A avaliação de cada curso foi específica para verificar as condições de oferta de cada um deles. Embora seja a mesma instituição, as condições para a oferta dos cursos possuem especificidades diferentes e, neste caso, verificou-se que, para os cursos superior de Letras, licenciatura, há significativas inconsistências que dificultam, nesse momento, a sua autorização. Portanto, é preciso atentar para o que estabelece a Constituição da República de 1988 em seu artigo 209, incisos I e II, que “*o ensino é livre à iniciativa privada, desde que cumpridas as normas gerais da educação superior e atendidas as condições de autorização e avaliação pelo Poder Público*” e seu artigo 206, inciso VII, “*a garantia de um padrão de qualidade para o ensino ministrado no País*”, encaminhando à apreciação da CES/CNE, o voto a seguir.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 555, de 3 de dezembro de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Letras, licenciatura, na modalidade a distância, da Faculdades Magsul (FAMAG), com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 725, Centro, no município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, mantida pela Associação de Ensino Superior Pontaporanense – AESP, com sede no mesmo município e estado.

Brasília (DF), 13 de maio de 2021.

Conselheiro Aristides Cimadon – Relator

## **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por maioria, com 1 (uma) abstenção, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2021.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Presidente

Conselheira Marília Ancona Lopez – Vice-Presidente